

INSTITUIÇÃO ORATÓRIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

Coleção Fausto Castilho de Filosofia

Série Multilíngues

Coordenação

ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES (UFU)

OSWALDO GIACOIA JUNIOR (UNICAMP)

Comissão editorial

DANIEL GARBER – FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA – GIULIA BELGIOIOSO

Representante do Conselho

CÍCERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

Marcos Fábio Quintiliano

INSTITUIÇÃO ORATÓRIA

Tomo II

Livros IV, V e VI

Edição em latim e português

Tradução, apresentação e notas

Bruno Fregni Bassetto

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Q45i Quintiliano.
Instituição oratória / Marcos Fábio Quintiliano; tradução, apresentação e notas :
Bruno Fregni Bassetto. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2015.

Tomo II.

(Coleção Fausto Castilho Multilíngues de Filosofia Unicamp)

Edição em latim e português.

1. Discursos latinos. 2. Oratória antiga. 3. Retórica antiga. I. Bassetto, Bruno Fregni.
II. Título.

ISBN 978-85-268-1293-2 CDD 875.01

Índices para catálogo sistemático:

1. Discursos latinos	875.01
2. Oratória antiga	875.01
3. Retórica antiga	875.01

Título original: *Institutio oratoria*

Copyright © da tradução by Fundo Fausto Castilho
Copyright © 2015 by Editora da Unicamp

2ª reimpressão, 2023

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste material são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
LIVRO IV	11
LIVRO V	167
LIVRO VI.....	395

APRESENTAÇÃO

Este Tomo II da edição bilíngue latim-português da *Institutio oratória* contém os livros IV, V e VI de Quintiliano, segundo a divisão original do autor. Temos no conjunto dessa obra um verdadeiro tratado, no sentido técnico da teoria literária, porque Quintiliano de fato pretendeu esgotar o assunto; várias vezes toca rapidamente em determinados temas apenas para não ser acusado de não os conhecer. Assim, tinha em mente a formação completa – mental, emocional, cultural e social – do educando, resultando no *vir bonus* (o homem “bom” em todos os sentidos), fundamento para ele indispensável para o *loquendi peritus*, “exímio em se expressar”. Nessa perspectiva, os três primeiros livros, contidos no Tomo I, versam sobre a educação do menino desde a infância; tratam da formação em casa e na escola, desde o *grammaticus* nas primeiras letras até ao *rhetor*, o professor de oratória nas academias. Discorrem sobre particularidades do idioma, instrumento de trabalho do autêntico orador, com detalhes não encontrados em outros gramáticos.

O que Marcus Fabius Quintilianus (c.35-100 d.C.) escreveu sobre a formação das crianças a partir do ambiente familiar, conteúdo dos três primeiros livros, resulta sem dúvida de sua própria vivência; nascido em Calagurris Nassica, na Hispânia Tarronensis, atual Calahorra, mirou-se no exemplo do pai, advogado de respeito, que lhe incutiu o ideal do *vir bonus loquendi peritus*. Em Roma, foi estudar gramática com o mestre Rêmio Palemon e retórica com Domício Afer, repetidamente citado depois na *Institutio*. Na capital do Império, deve ter verificado que o ideal do *vir bonus* não era levado a sério

pelos colegas advogados. Essa verificação se tornou mais clara com sua fixação definitiva em Roma em 68, levado por Galba, então governador da província Tarraconense. O grande desprazer de ver seu ideal oratório vilipendiado levou-o a escrever *De causis corruptae eloquentiae* (“As causas de eloquência corrompida”); para Quintiliano, a arte retórica é o ideal máximo a ser alcançado, em contraste com a posição de seu grande mestre e modelo, Cícero, para quem a filosofia é a ciência das ciências. Entretanto, Quintiliano mostra conhecer filosofia pelas muitas citações e alusões a filósofos das mais diversas correntes, invocando particularmente os princípios da lógica e da dialética na formulação dos argumentos, na avaliação dos testemunhos e na coerência de todo o conjunto na estrutura do discurso.

Cumpra ainda destacar, em relação aos fundamentos da educação da infância e da juventude colocados por ele nos três primeiros livros da *Institutio*, os consideráveis valores pedagógicos de caráter universal, tão apreciados pelos pósteros. Tais valores ficam subjacentes nos livros seguintes; contudo, volta a recolocá-los com mais ênfase no Livro XII, como uma espécie de resumo de toda a obra: o grande respeito pelas condições próprias da infância e da juventude de um lado e, do outro, o pesado desafio dos mestres, do que deve resultar o homem integralmente formado com todas as possíveis qualidades intelectuais, sociais e especialmente morais.

Colocados esses princípios e orientações fundamentais nos três primeiros livros, Quintiliano passa a expor, de maneira bastante minuciosa e frequentemente com exemplos, nos três livros (IV, V e VI) deste Tomo II, cada uma das partes do discurso. Os três são precedidos de um “proêmio”, em que apresenta ou discute questões de caráter circunstancial ou referentes ao tema a ser abordado. Todavia, o proêmio do Livro VI relata sua grande tragédia familiar: em um período relativamente curto, perdeu a esposa, com apenas 19 anos de idade; em seguida, faleceu o filho mais novo, com apenas 5, arrebatando-lhe “por primeiro a luz de um dos meus olhos” (VI, *Proem.* 5). Por fim, morreu também o filho mais velho, com que perdeu “por um segundo golpe de orfandade, aquele para o qual havia planejado o melhor e no qual havia posto a única esperança de uma velhice tranquila” (*Proem.* 2). Todavia, sabemos que a velhice do autor foi tranquila e respeitada pelo reconhecimento quase geral, inclusive pelas autoridades imperiais.

Nos três livros em questão, expõe com minúcias as partes do discurso dentro da ordem lógica para conseguir a vitória no julgamento. Não omite assuntos correlatos, como ao dissertar sobre o inicial estabelecimento dos

fatos, trata das digressões, úteis ou dispensáveis; tendo apresentado a preparação para a comprovação, aponta a respectiva divisão (Livro IV). A comprovação é longamente desenvolvida no Livro V; distingue provas “artificiais” e “não artificiais” (traduzindo os termos gregos correspondentes), as de opinião pública, o valor das obtidas mediante tortura, a aceitação ou a rejeição de juramento, provas documentais, de testemunhas, circunstanciais e outras, incluindo por vezes detalhes úteis para a comprovação. Exemplifica sempre que julga conveniente, aludindo a muitos autores gregos e latinos, mas sua fonte predileta é Cícero, do qual cita até discursos que não chegaram até nós.

No Livro VI, trata da peroração; aponta as várias denominações dadas por diversos autores, inclusive gregos. Ressalta a necessidade de buscar a benevolência do juiz ou dos juízes nesta parte mais que em qualquer outra; aliás, essa recomendação se faz presente praticamente em todo o tratado. Trata do *pathos*, do *ethos* e do papel importante do aspecto emocional em qualquer causa; também o humor e o riso podem ser armas importantes na condução do processo, exemplificando com trocadilhos, palavras com duplo significado, termos ambíguos e ironias. Nos debates entre acusação e defesa, afirma que nada substitui a acuidade de espírito e a sagacidade.

Notar-se-á neste Tomo, como aliás em toda a obra, a presença constante da terminologia técnica dos gregos, quase sempre escrita com caracteres e ortografia gregos. Quintiliano muitas vezes não traduz, talvez por não encontrar termo adequadamente correspondente em latim; em algumas ocasiões fornece a tradução do termo dada por Cícero ou algum outro autor. Procurando facilitar a compreensão pelo leitor, que possivelmente não conheça o grego clássico e seu alfabeto, os termos ou expressões em caracteres gregos no texto original foram transliterados entre colchetes na tradução e depois explicados ou traduzidos em notas de rodapé. A mera transliteração dos termos em caracteres gregos, observada em certas edições, particularmente na internet, além de não resolver nada, seria sem dúvida alguma uma deturpação absolutamente não recomendável do original, porque os códices trazem esses termos ou expressões assim escritos; na época, conhecer a língua grega fazia parte dos conhecimentos de todas as pessoas cultas.

Quanto aos problemas de tradução, urge não perder de vista o fato de que a *Institutio* foi escrita há quase dois milênios, retratando uma cultura e uma visão do mundo bem diferentes das nossas, embora os valores humanos e morais básicos sejam os mesmos. No entanto, a organização social e outras particularidades eram consideravelmente diversas; a obra de Quintiliano

alude a personagens, fatos, usos e costumes que requerem explicações muitas vezes indispensáveis para entender o que o autor está pretendendo dizer. As notas acrescidas à tradução visam esclarecer esses tópicos, sempre que possível; um exemplo é a denominação das estratificações sociais da época, em que os “nascidos livres” eram os *ingenui*; os escravos que conseguiam a liberdade, por alforria, compra ou algum outro meio, eram ditos *libertini*, “libertos”; os *servi*, simplesmente escravos, tratados como objetos e sem qualquer direito ou proteção legal. Tais situações não se enquadram nas sociedades modernas, sendo mister explicá-las a fim de evitar interpretações errôneas. Isso será feito nos quatro tomos que compõem nossa tradução.

Bruno Fregni Bassetto

INSTITUIÇÃO ORATÓRIA

INSTITUTIO ORATORIA

LIVRO IV

LIBER IV

LIBER IV

PROOEMIUM

PERFECTO, Marcelle Victori, operis tibi dedicati tertio libro et iam quarta fere laboris parte transacta, nova insuper mihi diligentiae causa et altior sollicitudo, quale iudicium hominum emereret, accessit. Adhuc enim velut studia inter nos conferebamus, et si parum nostra institutio probaretur a ceteris, contenti fore domestico usu videbamur, ut tui meique
2 filii formare disciplinam satis putaremus. Cum vero mihi Domitianus Augustus sororis suae nepotum delegaverit curam, non satis honorem iudiciorum caelestium intelligam, nisi ex hoc oneris quoque
3 magnitudinem metiar. Quis enim mihi aut mores excolendi sit modus, ut eos non immerito probaverit sanctissimus censor? aut studia, ne fefellisse in iis

LIVRO IV

PRÔEMIO

1. Tendo concluído, Marcelo Vitor, o terceiro livro da obra que te dediquei e já quase pronta a quarta parte do trabalho, surgiram-me por cima um novo motivo de diligência e a mais alta preocupação: que espécie de julgamento seria eu merecedor da parte dos homens. Pois até agora levávamos os estudos assim entre nós e, se nossa instituição fosse menos aprovada pelos outros, parecíamos estar contentes com o uso doméstico, de modo que consideraríamos o bastante formar na disciplina os teus e os meus filhos.

2. Mas como Domiciano Augusto¹ confiou-me a educação dos netos de sua irmã, não entenderei suficientemente a honra das apreciações divinas se não avaliar também a magnitude desse encargo.

3. De fato, ou que método e que procedimentos de formação devo eu usar para que o sumamente respeitável censor não os venha a aprovar imerecidamente? Ou que matérias, para que não pareça ter eu nelas enganado

videar principem ut in omnibus, ita in eloquentia
 4 quoque eminentissimum? Quodsi nemo miratur
 poetas maximos saepe fecisse, ut non solum initiis
 operum suorum Musas invocarent, sed proveci
 quoque longius, cum ad aliquem graviorem venissent
 locum, repeterent vota et velut nova precatione
 5 uterentur, mihi quoque profecto poterit ignosci, si,
 quod initio, quo primum hanc materiam inchoavi,
 non feceram, nunc omnes in auxilium deos ipsumque
 in primis, quo neque praesentius aliud nec studiis
 magis propitium numen est, invocem, ut, quantum
 nobis expectationis adiecit, tantum ingenii adspiret
 dexterque ac volens adsit et me qualem esse credidit
 6 faciat. Cuius mihi religionis non haec sola ratio,
 quae maxima est, sed alioqui sic procedit ipsum
 opus, ut maiora praeteritis ac magis ardua sint,
 quae ingredior. Sequitur enim, ut iudicialium
 causarum, quae sunt maxime variae ac multiplices,
 ordo explicetur: quod prooemii sit officium, quae
 ratio narrandi, quae probationum fides, seu pro-
 posita confirmamus sive contra dicta dissolvimus,
 quanta vis in perorando, seu reficienda brevi repe-
 titione rerum memoria est iudicis sive adfectus
 7 (quod est longe potentissimum) commovendi. De
 quibus partibus singulis quidam separatim scribere
 maluerunt velut onus totius corporis veriti, et sic

o príncipe, eminente também na eloquência como em todos os aspectos?

4. Mas, se ninguém se admira de que os maiores poetas tenham frequentemente feito a invocação das Musas, não só nos inícios de suas obras, mas também com maior insistência quando mais idosos; sempre que chegassem a ponto mais grave, repetiam os votos e os usavam como novas imprecensões, também a mim certamente poderia ser perdoado,

5. se o não fizera no começo, quando dei início a esta obra, que eu chame em meu auxílio todos os deuses e principalmente aquela divindade que é a mais presente que qualquer outra e a mais favorável aos estudos, para que o quanto de esperança nos aporte, tanto de capacidade nos confira, propícia e benevolente me assista e me torne tal qual acreditou que eu fosse.

6. Essa não é a única razão relativa à religião, sem dúvida a maior, mas, por outro lado, desse modo nasce o próprio trabalho que agora principio, a fim de que venha a ser maior que os anteriores e também mais difícil. Realmente, na sequência se esclarece a ordem das causas judiciais, que são extremamente variadas e numerosas: qual seja a incumbência do proêmio, qual a linha da narração, qual a confiabilidade das provas, ou se confirmamos o que apresentamos ou se refutamos os argumentos contrários; quanta veemência ao perorar ou se se deve, por uma breve revisão, avivar a memória do juiz ou como comover seus sentimentos (o que é de longe o aspecto mais importante).

7. Alguns preferiram escrever separadamente sobre cada uma dessas partes, receando o peso da obra toda e por isso publicaram também vários livros

quoque complures de unaquaque earum libros ediderunt; quas ego omnes ausus contexere prope infinitum laborem prospicio et ipsa cogitatione suscepti muneris fatigor. Sed durandum est, quia coepimus, et si viribus deficiemur, animo tamen perseverandum.

I. Quod principium Latine vel exordium dicitur, maiore quadam ratione Graeci videntur *προοίμιον* nominasse, quia a nostris initium modo significatur, illi satis clare partem hanc esse ante ingressum rei
 2 de qua dicendum sit, ostendunt. Nam sive propterea quod *ὄμνη* cantus est et citharoedi pauca illa, quae, antequam legitimum certamen inchoent, emendi favoris gratia canunt, prooemium cognominaverunt, oratores quoque ea quae, priusquam causam exordiantur, ad conciliandos sibi iudicum animos
 3 prae loquuntur eadem appellatione signarunt; sive, quod *ὁῖμον* iidem Graeci viam appellant, id quod ante ingressum rei ponitur sic vocare est institutum: certe prooemium est, quod apud iudicem dici, priusquam causam cognoverit, possit; vitioseque in scholis facimus, quod exordio semper sic utimur, quasi
 4 causam iudex iam noverit. Cuius rei licentia ex hoc est, quod ante declamationem illa velut imago litis exponitur. Sed in foro quoque contingere istud

sobre cada uma delas. Ousando tratar de todas elas ao mesmo tempo, prevejo um trabalho quase infinito e me sinto cansado pela simples ideia da tarefa assumida. Contudo, é preciso perseverar, já que começamos, e, caso nos faltem as forças, mesmo assim é preciso continuar com coragem.

I. 1. O que em latim se chama *principium* ('princípio') ou *exordium* ('exórdio'), com alguma maior razão os gregos parecem ter denominado προοίμιον ['proóimion'], porque para nós significa apenas o começo, enquanto eles revelam com bastante clareza que essa é a parte a ser dita antes de ingressar no assunto.

2. Realmente, seja porque ὄμη² ['óime'] indica o canto e as poucas notas do cantor ao som da cítara, que entoam antes do começo do certame propriamente dito para conseguirem a benevolência dos aplausos, e que eles chamaram 'proêmio', também os oradores assinalaram com a mesma designação aquilo que proferem antes de abordar a causa, a fim de captarem a simpatia dos ânimos dos juízes;

3. seja pelo fato de que os mesmos gregos designem a 'via' com οἶμον, aquilo que se coloca antes de abordar o assunto, assim ficou convencionado denominá-lo: é certamente um proêmio, porque pode ser dito junto ao juiz, antes que tenha conhecimento da causa. Agimos erradamente nas escolas, já que empregamos sempre 'exórdio' como se o juiz já tivesse conhecimento da causa.

4. A liberdade em relação a esse fato está em se expor uma apresentação prévia da disputa antes da declamação. Contudo, também no fórum podem

principiorum genus secundis actionibus potest; primis quidem raro unquam, nisi forte apud eum, cui res iam aliunde nota sit, dicimus.

- 5 Causa principii nulla alia est, quam ut auditorem, quo sit nobis in ceteris partibus accommodatior, prae-
paremus. Id fieri tribus maxime rebus inter
auctores plurimos constat, si benevolum, attentum,
docilem fecerimus, non quia ista non per totam
actionem sint custodienda, sed quia initiis praecipue
necessaria, per quae in animum iudicis, ut procedere
ultra possimus, admittimur.
- 6 Benevolentiam aut a personis ducimus aut a causis
accipimus. Sed personarum non est, ut plerique
crediderunt, triplex ratio, ex litigatore et adversario
7 et iudice. Nam exordium duci nonnunquam etiam
ab actore causae solet. Quanquam enim pauciora
de se ipso dicit et parcius, plurimum tamen ad omnia
momenti est in hoc positum, si vir bonus creditur.
Sic enim continget, ut non studium advocati videatur
adferre sed paene testis fidem. Quare in primis
existimetur venisse ad agendum ductus officio vel
cognitionis vel amicitiae maximeque, si fieri poterit,
reipublicae aut alicuius certe non mediocris exempli.
Quod sine dubio multo magis ipsis litigatoribus

ocorrer essas espécies de princípios nas ações subsequentes; mas ao menos nas iniciais raramente dizemos, a não ser junto a quem o assunto já seja conhecido de alguma outra forma.

5. O motivo do princípio não é outro senão que preparemos o ouvinte para que nos seja mais favorável nas demais partes. Entre muitos autores, consta que isso pode acontecer, sobretudo por três razões: se o fizermos com benevolência, atenção e docilidade, não porque essas características não devem ser mantidas durante toda a ação, mas porque são particularmente necessárias no início, pelas quais somos aceitos pela disposição de espírito do juiz, para que possamos avançar mais além.

6. A benevolência nos vem ou das pessoas ou a recebemos através das causas. Todavia, não se trata, como pensaram muitos autores, das três classes de pessoas: do demandista, do adversário e do juiz.

7. De fato, o exórdio por vezes pode ser apresentado também pelo autor da causa. Ainda que diga de si mesmo poucas coisas e ainda com parcimônia, o mais importante de tudo nesse instante está colocado nisto: que seja considerado um homem bom. Pois assim acontecerá que parecerá não estar apresentando o esforço do advogado, mas apenas a confiança de testemunha. Em vista disso, que seja considerado, antes de tudo, não ter vindo à ação levado por um favor seja de parentesco, seja de amizade e, particularmente, caso fosse possível, do Estado ou de algum exemplar certamente não desprezível. Sem dúvida, isso deve ser feito muito mais pelos próprios demandistas, para

faciendum est, ut ad agendum magna atque honesta ratione aut etiam necessitate accessisse videantur.

8 Sed ut praecipua in hoc dicentis auctoritas, si omnis in subeundo negotio suspicio sordium aut odiorum aut ambitionis afuerit, ita quaedam in his quoque commendatio tacita, si nos infirmos, imparatos, impares agentium contra ingeniis dixerimus, qualia

9 sunt pleraque Messalae prooemia. Est enim naturalis favor pro laborantibus, et iudex religiosus libentissime patronum audit, quem iustitiae suae minime timet. Inde illa veterum circa occultandam eloquentiam simulatio multum ab hac nostrorum

10 temporum iactatione diversa. Vitandum etiam, ne contumeliosi, maligni, superbi, maledici in quemquam hominem ordinemve videamur praecipueque eorum, qui laedi nisi adversa iudicum voluntate non

11 possunt. Nam in iudicem ne quid dicatur non modo palam sed quod omnino intelligi possit, stultum erat monere, nisi fieret. Etiam partis adversae patronus dabit exordio materiam, interim cum honore, si eloquentiam eius et gratiam nos timere fingendo, ut ea suspecta sint iudici, fecerimus, interim per contumeliam, sed hoc perquam raro, ut Asinius pro Urbiniae¹ heredibus Labienum adversarii patronum inter argumenta causae malae posuit,